

**“NÃO VAI SER PERMITIDO A NENHUM ÓRGÃO DO GOVERNO FAZER
PROPAGANDA DE OPÇÕES SEXUAIS”: O DISCURSO INAUGURAL NO
“DESAGENDAMENTO” DO KIT GAY DO MEC**

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de *

MAIO, Eliane Rose **

RESUMO

De uma instituição normalizadora e disciplinadora, a escola, teoricamente, nos últimos anos, fora promovida a um local propício para o desenvolvimento de políticas públicas que visem à difusão da cultura do reconhecimento da(s) diferença(s), no qual se inclui o combate e a prevenção a práticas excludentes de alunos/as Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos/as, Assexuados/as, Aliados/as (reunidos na sigla LGBTQIA). Nesse sentido, respaldados num arsenal de referências, temos como objetivo debater a estruturação dos Programas Nacionais *Brasil Sem Homofobia* e *Escola Sem Homofobia* e a cultura do “desagendamento”, promovida pelo governo federal, que recaiu sobre o *Kit* de Combate e Prevenção à Homofobia. Observamos que embora o Ministério da Educação tenha privilegiado algumas estratégias, o posterior recuo delas nos leva a pensar que, se a escola é fundamental na formação para a cidadania, urge a necessidade de inserção de temas de grande impacto e relevância na vida social, que insistentemente desafiam princípios democráticos e éticos por meio da regulação e manutenção de injustificáveis e distintos prejuízos sociais contra as pessoas LGBTQIA.

Palavras-chave: *Kit* de Combate e Prevenção à Homofobia. Programa Brasil Sem Homofobia. Projeto Escola Sem Homofobia. LGBTQIAfobia.

* Professor Colaborador na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Apucarana. Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual – NUDISEX (UEM – Maringá – PR) e Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (UEM – Maringá – PR). E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com.

** Doutora e Pós-Doutora em Educação Escolar – UNESP/Araraquara, Docente Associada da Universidade Estadual de Maringá, do Departamento de Teoria e Prática da Educação – DTP e Coordenadora Adjunta do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação – PPE. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

**"WILL NOT BE PERMITTED TO ANY ORGAN OF PROPAGANDA TO
GOVERNMENT OF SEXUAL OPTIONS": THE INAUGURAL SPEECH IN
"DISARRANGEMENT" KIT GAY OF MEC**

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de *

MAIO, Eliane Rose **

ABSTRACT

From a normalizing and disciplining institution, the school theoretically, in the last years, had been promoted to a place favorable for the development of public policies that aim at the diffusion of the culture of the recognition of the difference (s), which includes, the Combat and prevention of exclusionary practices of lesbian, gay, bisexual, transvestites, transsexuals, transgenders, queers, questioners, intersexes, undecided, asexuals, allies. In this sense, backed by an arsenal of references, we aim to discuss the structuring of the National Programs Brazilian Without Homophobia and the Homophobic School, and the "disintegration" culture promoted by the federal government, which fell on the Kit of Combat and Prevention of Homophobia. We observed that although the Ministry of Education has privileged some strategies, the subsequent retreat of these leads us to think that, if the school is fundamental in the formation of citizenship, it is urgent to insert themes of great impact and relevance in social life, which Insistently defy democratic and ethical principles by regulating and maintaining unjustifiable and distinct social harm against LGBTQIA people.

Keywords: *Combat Kit and Prevention Homophobia. Program Brazil Without Homophobia. Project School Without Homophobia. LGBTQIAfobia.*

* Associate Professor at the State University of Paraná - UNESPAR - Campus Apucarana. PhD in Education from the Paulista State University Júlio Mesquita Filho; Master in Education from the State University of Maringá. Member of the Nucleus of Studies and Research on Sexual Diversity - NUDISEX (UEM - Maringá - PR) and Researcher in the Group of Studies and Research in School, Family and Society (UEM - Maringá - PR). E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com.

** PhD and Post-Doctor in School Education - UNESP / Araraquara, Associate Professor of the State University of Maringá, Department of Theory and Practice of Education - DTP and Adjunct Coordinator of the Master's Program and Doctorate in Education - PPE. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A princípio, a escola, em particular, é uma “[...] instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido” (CÉSAR, 2008, p. 48) configurando-se num lugar de opressão, no qual sujeitos Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos/as, Assexuados/as, Aliados/as – LGBTQIAⁱ – vivem de maneiras distintas, situações delicadas de vulnerabilidade, negação, autculpabilização e internalização da homofobia. Isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, sociedade civil e Estado (JUNQUEIRA, 2009).

A LGBTQIAfobiaⁱⁱ, como reflexo do processo disciplinador amplamente disseminado no espaço escolar, é caracterizada como sendo um fenômeno social que atinge milhões de crianças, jovens e adultos escolares. As ações de LGBTQIAfobia

[...] representam problemas reais que produzem e alimentam preconceitos, discriminações, violências e violações de direitos humanos. Geram, nas pessoas que são alvos desses mecanismos, mal-estar, insegurança, angústia, isolamento e sofrimento. Esses sentimentos podem interferir em suas relações sociais; prejudicar seu rendimento escolar, levando-as até a sair da escola; impedir seu acesso a oportunidades de emprego ou promoção no ambiente de trabalho; aumentar sua vulnerabilidade às DST/HIV/AIDS e ao uso de drogas, e influenciar em sua qualidade de vida e de saúde (BRASIL, 2011a, p. 22).

Quando o ambiente em que se manifestam os atos de violência contra pessoas LGBTQIA, como a escola, um local que deveria ser seguro e de promoção do conhecimento e da cidadania, adquire um *status* de privacidade, essas ações se traduzem em situações limites, como agressões físicas, ou desvelam-se em formas mais sutis, como as de violência simbólica sinalizadas em piadas, brincadeiras jocosas ou mesmo comentários e insinuações de desejo de afastamento de pessoas (re)conhecidas como homossexuais. Logo, a prática discriminatória não afeta somente pessoas LGBTQIA: comumente, desde que um indivíduo não corresponda às normas de heteronormatividadeⁱⁱⁱ, passa a ser tratado, sobretudo, como potencial homossexual e discriminado como tal (DINIS, 2011).

A LGBTQIAfobia impacta diretamente na esfera dos sentimentos, da dignidade, do sucesso ou do fracasso escolar. As agressões físicas e verbais, a destituição de esperanças, de

=====

sobrevivência digna, além das exclusões constantes às quais alunos/as LGBTQIA são submetidos/as corriqueiramente no cotidiano escolar, quando são comumente inferiorizados/as ou reprimidos/as, criam situações tristes de constrangimentos, sofrimento psíquico intenso, além de impulsionar a saída dessas pessoas das escolas dificultando seu acesso ao mercado de trabalho, obrigando-os/as à sujeição de subempregos e atividades estigmatizantes (ABRAMAVOAY, 2009).

Embora inexistam dados suficientes sobre a evasão escolar causada pela discriminação a que esses/as alunos/as são submetidos/as no âmbito escolar, à situação de desvalorização e abjeção a eles/as imposta é bem mais disseminada do que se imagina. Prova disso são os resultados obtidos por meio de pesquisas realizadas nos últimos anos pela UNESCO (2004), Abramovay (2009), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2009), Fundação Perseu Abramo (2009) em que muitas das situações de violência, relatadas pelos sujeitos LGBTQIA, têm sua origem ou aconteceram de fato na escola, a ponto de deixar alguns/mas alunos/as impossibilitados/as psicologicamente de frequentá-la, por causa da violência à qual foram expostos/as (OLIVEIRA JR; MAIO, 2013; 2014).

Tais afirmações são respaldadas em estudo elaborado para a obtenção do título de Mestre em Educação, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, e posterior análise discursiva, com doze diretores/as escolares, doze pedagogas e treze docentes de Biologia, de Escolas Públicas Estaduais de treze municípios do norte do Estado do Paraná, sustentado nas concepções e acepções de Hall (2007) e Silva (2007) – precursores dos Estudos Culturais.

Luna (1999) caracteriza esse tipo de estudo como quali-quantitativo. No entanto, daremos ênfase à revisão bibliográfica que subsidiou o processo dissertativo, por meio de um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados, revestidos de importância pela capacidade de fornecerem dados atuais e relevantes, ou seja, enfocaremos a pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa abrange as publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet etc.

Partindo desse pressuposto, objetivamos debater a estruturação dos Programas Nacionais *Brasil Sem Homofobia* e *Escola Sem Homofobia* e a cultura do “desagendamento”, promovida pelo governo federal, que recaiu sobre o *Kit* de Combate e Prevenção à Homofobia.

2 PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Pensando na subversão da LGBTQIAfobia, a escola fora promovida a um local propício para o desenvolvimento de políticas públicas que visem à difusão da cultura do reconhecimento da(s) diferença(s), que pressupõem o homem e a mulher enquanto sujeitos de direitos, produtos e produtores dos acontecimentos sócio-histórico-culturais e políticos, que influenciaram e influenciam todo o processo de emancipação e formação identitária, no qual se inclui, de maneira pungente, a diversidade sexual (HALL, 2007; SILVA, 2007).

Esses direitos constituem-se na promoção, proteção e garantia das diversas expressões da(s) sexualidade(s) singular(es) em sua legitimidade, bem como na apresentação de suas corporeidades e produções singulares de vida em sociedade, de maneira que lhes tragam bem-estar (NASCIMENTO, 2010, p. 228).

Afiançando esse entendimento por meio de uma articulação bem sucedida entre atores governamentais e não governamentais, que por aproximadamente seis meses se dedicaram a um trabalho intenso e fundamental para a problematização, desestabilização e subversão da LGBTQIAfobia, o Programa Brasil sem Homofobia, a partir do ano de 2004, passou a fazer parte da agenda governamental (ALTMANN, 2003; FERNANDES, 2011a).

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, Brasil sem Homofobia, sinaliza, de modo claro, à sociedade brasileira que, enquanto existirem cidadãos cujos direitos fundamentais não sejam respeitados por razões relativas à discriminação por: orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira seja justa, igualitária, democrática e tolerante. Com esse novo Programa, o governo brasileiro dá um passo crucial no sentido da construção de uma verdadeira cultura de paz (BRASIL, 2004, p. 13-14).

Nesse sentido e considerando os efeitos danosos causados pela discriminação e por preconceitos relativos às sexualidades, o Governo Federal, por meio do Plano Plurianual de 2004 a 2007 definiu no âmbito do *Programa Direitos Humanos Direito de Todos*, a ação denominada *Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais* (BRASIL, 2004; BOHM, 2009; BRANDÃO; SANTANA, 2011).

A Secretaria Especial de Direitos Humanos lança então o *Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra pessoas LGBT e*

de *Promoção à Cidadania de Homossexuais* (BOHM, 2009). Este programa possui o intuito de “[...] promover a cidadania e direitos humanos às [pessoas] lésbicas, gays, bissexuais, travestis [transexuais, transgêneros, *queers*, questionadores, bigêneros, assexuados e intersexos] a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRANDÃO; SANTANA, 2011, p. 167).

O *Programa Brasil sem Homofobia* pautou-se em ações como:

[...] apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; Capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; Disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual e; Incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento [LGBTQIA] (BRASIL, 2004, p. 11).

Pautado e delineado com base nos seguintes princípios básicos, o *Programa Brasil sem Homofobia* estabeleceu:

I) inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias; II) A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta; III) A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2004, p. 11-12).

Desenvolvido em um trabalho conjunto com atores governamentais e não governamentais, o *Programa Brasil sem Homofobia* procurou integrar as diversas esferas sociais no combate a LGBTQIAfobia por meio da articulação da política de promoção dos direitos de homossexuais; legislação e justiça; cooperação internacional; direito à segurança por meio do combate à violência e à impunidade; direito à educação, ao promover valores de respeito à paz e à não discriminação por opção sexual; direito à saúde e consolidação de um atendimento e tratamentos igualitários; direito ao trabalho, garantindo uma política de acesso e de promoção da não discriminação por opção sexual; direito à cultura e construção de uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; política para a

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

juventude; política para as mulheres e política contra o racismo e à homofobia (BRASIL, 2004).

Consideramos a relevância de todas as ações previstas pelo *Programa Brasil sem Homofobia*, porém cabe nesse momento debater aquelas voltadas à educação, pois a escola é vista como um local onde o desmascaramento da violência simbólica mais se poderia realizar, já que ela se sustenta na sedução pela ignorância dos sentidos e nos significados reais de uma relação de desrespeito à(s) diferença(s) (ABRAMOVAY, 2009; ALTMANN, 2003; HALL, 2007; SILVA, 2007).

No item V - Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por opção sexual, o *Programa Brasil sem Homofobia* adotou como diretrizes orientar:

I) os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual; II) Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; III) Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; IV) Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; V) Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; VI) Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; VII) Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; VIII) Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22-23).

Em atendimento a essas diretrizes, o Governo decidiu adotar estratégias que efetivassem o cumprimento dessas demandas. Surge, então, desse Programa, a iniciativa de estabelecimento do *Projeto Escola sem Homofobia*.

3 O PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

No ano de 2009, inicia-se a implementação da ação apoiada pelo MEC intitulada *Escola Sem Homofobia*. O projeto fora elaborado e executado por uma coalizão de Organizações Não Governamentais (ONG) representativas do Movimento LGBT. A ação de execução do projeto envolveu uma grande quantidade de grupos filiados à ABGLT^{iv} e visava

=====

interiorizar a agenda anti-homofobia na educação nos estados e municípios (INCLUSIVE, 2011; FERNANDES, 2011a; GRESPAN; GOELLNER, 2011).

O Projeto apresentou como princípios norteadores sua contribuição para a efetivação do *Programa Brasil sem Homofobia*, por meio de ações que estabelecessem ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das opções sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à LGBTQIAfobia na escola, necessários na composição dos projetos político-pedagógicos das instituições de Ensino Médio do Brasil (BRANDÃO; SANTANA, 2011; MELLO *et al.*, 2012; ECOS, 2013a).

A possibilidade de execução do *Projeto Escola Sem Homofobia* ocorreu por meio da centralização do financiamento de algumas ONG, na agenda anti-homofobia do MEC, após o segundo semestre de 2007, em uma ação coletiva que envolveu pelo menos três grandes eixos. O primeiro eixo, sob a tutela e responsabilidade da Pathfinder^v do Brasil e da ABGLT, objetivava:

[...] a formação de um coletivo gestor de políticas anti-homofobia nos estados e municípios que congregaria diferentes grupos sociais, prioritariamente pessoas que sejam sujeitas das populações LGBTTT [LGBTQIA] (majoritariamente ativistas, mas também professores das redes de ensino público que sejam homossexuais ou *trans*), gestoras das secretarias estadual e municipal de educação, gestoras e outros profissionais envolvidos no programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), gestoras ou ativistas de direitos humanos que tenham algum tipo de aderência com a temática da homofobia e também acadêmicos. Nessa conformação caberia às entidades que compõem a coalizão executora do “Escola Sem Homofobia” formarem essa série de sujeitos para poderem gerenciar e/ou monitorar políticas anti-homofobia na educação no âmbito estadual ou municipal, sendo cada coletivo definido por estado da federação (FERNANDES, 2011a, p. 326).

O segundo eixo consistia na realização de uma pesquisa qualitativa sobre “Homofobia nas Escolas”, realizada pela ONG Reprolatina^{vi} – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva – cujos resultados foram amplamente apresentados nos Estados e no Congresso Nacional (INCLUSIVE, 2011; FERNANDES, 2011a; ECOS, 2013a).

O terceiro eixo designado aos cuidados da ECOS^{vii} residia na elaboração e publicação de material didático a ser distribuído nas escolas públicas, com o apoio e financiamento do MEC. O material didático foi nomeado “Kit de Combate à Homofobia” e nas discussões que seguiremos iremos nos ater a este recurso pedagógico (FERNANDES, 2011a).

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

Para a preparação do *Kit de Combate e Prevenção à Homofobia* foi demandado um investimento financeiro de aproximadamente 1,8 milhões em convênios que incluíam, além da confecção de vídeos e cartilhas para professores/as, pesquisas, seminários e atividades de formação contínua para docentes (INCLUSIVE, 2011).

4 O KIT DE COMBATE E PREVENÇÃO À HOMOFOBIA

Além de conter uma série de medidas para combater o preconceito contra a livre escolha sexual, também fazia parte da estrutura do *Projeto Escola sem Homofobia* a distribuição às escolas da rede pública de um chamado *Kit de Combate à Homofobia nas Escolas*, também encontrado pelo nome de: “*Kit Contra a Homofobia*” ou “*Kit Anti-homofobia*” ou “*Kit Gay*” (BRANDÃO; SANTANA, 2011; OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2014).

O *Kit Anti-Homofobia* constituía-se como um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos com a proposta de desconstruir estereótipos sobre a população de alunos/as LGBTQIA estabelecendo um convívio democrático com a(s) diferença(s). A intenção do referido *Kit* era contribuir na alteração de concepções didáticas, pedagógicas, curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que se estabelecem e funcionam na manutenção de dispositivos dicotômicos de gênero e sexualidade que nutrem a homofobia e o desrespeito (HALL, 2007; SILVA, 2007; ECOS, 2013a).

Desenvolvido ao longo de dois anos, o *Kit* seria composto por um conjunto de materiais didáticos incluindo: *Boleshs* (Boletins Escola sem Homofobia), cartaz de divulgação, carta de apresentação para gestores/as e educadores/as, Caderno (Escola sem Homofobia) e Recursos Audiovisuais: Medo de Quê? Boneca na Mochila, Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade. Esses materiais seriam destinados aos/às profissionais da educação e distribuídos para seis mil escolas públicas de Ensino Médio, a partir do segundo semestre de 2011 (MELLO *et al.*, 2012; BALESTERO, 2011).

Considerado em Nota Oficial pela ABGLT *et al.* (2011) como a peça principal que comporia o *Kit*, o Caderno Escola sem Homofobia em articulação com os demais componentes não objetivava o fornecimento de respostas prontas, mas sim o apontamento de diretrizes, informações, conteúdos teóricos, marcos normativos e legais, conceitos básicos e sugestões de dinâmicas/oficinas práticas para educadores/as trabalharem o tema da

diversidade sexual e LGBTQIAfobia em espaços educativos visando à reflexão, compreensão, confronto e eliminação da homofobia no ambiente escolar.

O Caderno Escola sem Homofobia tinha como propósito abordar as seguintes discussões: “Desfazendo a Confusão”, “Retratos da homofobia na escola” e “A diversidade sexual na escola” (INCLUSIVE, 2011; ECOS, 2013b).

Vale ressaltar que o Caderno não é a resposta, mas apenas uma ferramenta – ou uma coleção delas – visando alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter fronteiras rígidas entre as sexualidades e entre os gêneros que reproduzem a homofobia no âmbito escolar, de onde são também retransmitidas aos demais ambientes sociais. A ideia é fazer com que se percebam as situações em que essas fronteiras são demarcadas e a homofobia é reproduzida, e se aprenda com elas, também propondo novas formas de argumentação, mobilizando e multiplicando práticas e linguagens que abram possibilidades de contribuir com a construção de práticas pedagógicas e institucionais que valorizem positivamente a diversidade sexual (ECOS, 2013b, s/p).

Além dos temas propostos objetivando a discussão sobre diversidade sexual e combate à LGBTQIAfobia, o Caderno Escola sem Homofobia apresentava dois anexos para a instrução de educadoras/es de como trabalhar com os *Boleshs*.

Uma série de 06 *Boleshs*, como parte integrante do *Kit* anti-homofobia, seria elaborada e destinada aos/às alunos/as, cada um deles abordando um assunto em específico relacionado ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia. Seus conteúdos pretendiam contribuir para a compreensão do estabelecimento de uma identidade sexual estreitamente ligada aos sistemas de significação determinados historicamente e como o empenho de valores pessoais na manutenção desses mecanismos de discriminação reproduzem estereótipos e a(s) diferença(s). Como princípio norteador, os boletins pretendiam desencadear na comunidade escolar um pensar e agir solidário em relação às pessoas, independentemente de sua opção sexual, raça, religião, condição e classe social, deficiência (física, motora, intelectual, sensorial) prevenindo e combatendo situações de agressão velada e aberta em relação a pessoas LGBTQIA (HALL, 2007; SILVA, 2007; INCLUSIVE, 2011; ABGLT *et al.*, 2011).

Os recursos audiovisuais foram pensados considerando estudantes com algum tipo de deficiência sensorial (auditiva e visual), física e intelectual ou mesmo como estratégia em uma era na qual predomina a tecnologia. Além de responderem a essa demanda, os recursos

possuíam uma linguagem de fácil acesso. Os audiovisuais e os DVDs que integrariam o *Kit* viriam acompanhados de guias de discussão com sinopse, comentários e sugestões de atividades para o/a educador/a trabalhar os temas com a comunidade escolar.

O DVD “Boneca na mochila^{viii}” na versão Libras, elaborado pela ECOS no ano de 1995 e produzido por Três Laranjas Comunicação e roteiro de Reginaldo Bianco, seria reutilizado para compor o *Kit* Anti-Homofobia. Descende de uma história baseada em fatos reais enfocando o diálogo entre uma mãe e um motorista de táxi que a conduz a caminho da escola, onde fora convocada a comparecer pelo fato de ter sido encontrada uma boneca na mochila de seu filho. Entre diálogos e notícias transmitidas pelo rádio do veículo, os temas homossexualidade e identidade de gênero vão sendo debatidos (BONECA, 2010).

O vídeo busca promover a reflexão crítica sobre como as expectativas de gênero propagadas na sociedade influenciam a educação formal e informal de crianças, adolescentes e jovens por meio de situações que poderiam estar presentes em qualquer ambiente além da escola, mas principalmente nesse espaço. O vídeo estabelece em alguns momentos manifestações homofóbicas contra as pessoas que são consideradas diferentes da matriz heteronormativa imposta pelo processo de enculturação (BONECA, 2010).

Em parceria com o Instituto Promundo^{ix}, Instituto PAPAI^x, Pathfinder do Brasil, Reprolatina, *The Global Alliance for LGBT Education – GALE^{xi}* e com apoio do Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde, a ECOS produziu o vídeo “Medo de quê?”^{xii}. O recurso audiovisual que comporia o *Kit* Anti-Homofobia do MEC, feito em formato de desenho animado sem falas, traça a trajetória de Marcelo, um personagem fictício que demonstra seus conflitos por não corresponder às expectativas de sua família, sociedade e amigos, uma vez que seus desejos nem sempre suprem aquilo que as pessoas esperam dele (MEDO, 2005). A intenção do vídeo “Medo de quê?” era demonstrar como se dá a “[...] autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com constrangimentos das regras sem os quais nenhuma “subjetivação” é produzida (SILVA, 2007, p. 125).

“Torpedo”^{xiii} é uma animação composta por fotomontagem e apresenta a história de duas garotas que estudam na mesma escola e que ao se relacionarem afetivamente em uma festa foram fotografadas e a notícia é divulgada na *web* para toda a escola. Isso não impediu que elas manifestassem seus sentimentos e assumissem publicamente sua relação. Furlani (2011a) identifica temáticas anteriores à questão da lesbianidade nesse material, como por

exemplo, a invasão de privacidade, violência simbólica, coação coletiva e arrogância heteronormativa que poderiam ser discutidas com o vídeo.

“Encontrando Bianca”^{xiv} é outra animação composta por fotomontagem, que retrata a história de José Ricardo, um aluno que tem como identidade de gênero o gênero feminino e portanto se apresenta como Bianca. A historietta evidencia a descoberta de sua identidade travesti por meio de uma narrativa em primeira pessoa. Bianca revela os dilemas que enfrenta corriqueiramente na escola como a dificuldade da comunidade escolar em reconhecê-la como Bianca, a recusa em chamá-la pelo nome social, o constrangimento e a inacessibilidade ao sanitário masculino e/ou feminino, além das situações de violência a qual é exposta no cotidiano escolar.

O recurso audiovisual “Probabilidade”^{xv}, elaborado por meio de quadros de desenho, narra a história de Leonardo, suas dúvidas e conflitos ao manter um relacionamento com Carla e sentir-se atraído por Rafael. Inicialmente, Leonardo sente-se confuso, porém com o decorrer da história começa a se sentir aliviado ao concluir que ao manter uma identidade bissexual ele poderia gostar tanto de meninos, quanto de meninas.

O vídeo mostra momentos de crises e reflexões na adolescência que giram em torno de situações de reconhecimento da sexualidade e alguns possíveis conflitos que jovens e adolescentes apresentam no momento de descoberta de uma bissexualidade. Nesse sentido, até esse momento ele vem com argumentos de probabilidades, que são o cunho do próprio título evidenciando a possibilidade de as pessoas se relacionarem com ambos os gêneros como um fator positivo. A partir de então houve um equívoco na estratégia de inclusão do vídeo “Probabilidades”. “[...] ele reforça o entendimento que as pessoas têm de relação, de vantagem, de quantidade de relacionamentos e não é essa a tônica que se vem desenvolvendo nos últimos anos [...]” (FURLANI, 2011c, s/p.). Fernandes (2011c) comunga dessa teoria ao apontar que a reação contrária ao *Kit* como um todo se fundamentou nesse vídeo ao afirmar que a pessoa bissexual tem 50% mais de chances de ficar com esse ou com aquela, ou seja, produz uma interpretação de que a bissexualidade seria vantajosa.

Furlani (2011b) se disse surpresa em um debate realizado na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) pelo Grupo de Diversidade Sexual, com a inclusão da temática da bissexualidade no *Kit* Anti-Homofobia do MEC, por meio do vídeo “Probabilidades”, pois dentro da luta LGBT essa vertente pode ser considerada como uma “minoria” no movimento e que se mantém não pela discussão de grupos “bissexualizados”, mas sim pelo movimento de

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

gays e lésbicas, uma vez que nunca houve uma discussão desses grupos que quisessem levantar uma bandeira junto ao Movimento LGBT.

Discussões à parte sobre a qualidade do material ou de seu conteúdo, a intenção inicial da ECOS em parceria com a Pathifinder do Brasil, Reprolatina, a GALE e a ABGLT ao produzir os recursos audiovisuais era primariamente estimular a cultura do respeito à(s) diferença(s) e à diversidade no cotidiano escolar.

5. KIT GAY E A CULTURA DO “DESAGENDAMENTO” DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Tanto na política quanto na educação brasileira, quando se trata de direitos de uma parcela considerável de cidadãos e cidadãs que caminham na contramão da ordem heteronormativa e buscam solidificar sua construção identitária dentro de uma matriz que lhes convêm, nada se dá de forma ágil e descomplicada. O/A inovador/a, o/a diferente, aquele/a que não obedece ao processo dicotomizado torna-se alvo constante de extremismo manifestado pelo não reconhecimento da(s) diferença(s) e desvalorização dos sujeitos LGBTQIA (OLIVEIRA JR; MAIO, 2015).

Para Junqueira (2009), não é muito difícil encontrar expoentes hostis à ideia do reconhecimento da diversidade sexual e da luta contra a LGBTQIAfobia respaldadas em um arsenal socialmente difuso de preconceitos. Algumas dessas pessoas, representantes dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, escola, família e religião sentem-se confortáveis em manter suas posições em nome de “valores tradicionais” ao incorporarem em seus discursos a militância em oposição ao Movimento LGBT, fato que pode ser comprovado na divulgação do *Kit de Combate à Homofobia*.

A comunicação inicial do processo de construção desse material ocorreu em meados de novembro de 2010, no seminário “Escola Sem Homofobia”, realizado no Congresso Nacional em Brasília, no qual foram apresentados os primeiros resultados concretos do projeto, incluindo os dados da pesquisa qualitativa e os protótipos dos materiais didáticos que comporiam o “Kit de Combate à Homofobia”, além da função primária de estabelecer um diálogo da sociedade civil com o Estado no que se refere ao tratamento da diversidade sexual e combate à homofobia na escola. O Seminário, que tem semelhanças com o modelo de

=====

audiência pública, integrou uma “nova” estratégia do Congresso Nacional chamada “Comissão Participativa” (FERNANDES, 2011a).

A Comissão Participativa tinha ainda o apoio das Comissões de Educação e Cultura e Direitos Humanos e Minorias. Neste seminário, diferentes pontos de vista foram expostos. Os movimentos sociais presentes, compostos basicamente por ONG ligadas ao “Escola Sem Homofobia” e dirigentes de outras ações particulares (em Universidades e Secretarias de Educação), fizeram denúncias de diferentes ordens ao MEC, pela escassez de livros e materiais didáticos nas escolas (e o fato de serem “desatualizados”); às escolas, por não propiciarem um ambiente de ensino “saudável” para os estudantes LGBT[QIA]; aos sujeitos (professores e demais profissionais do corpo técnico-pedagógico), por desconhecerem e ignorarem as políticas públicas da educação da agenda anti-homofobia sendo implementadas no Brasil. Nessa conjuntura proposta pelos movimentos sociais, “hostil” aos estudantes homossexuais, os movimentos e executores de ações anti-homofobia na Educação presentes no seminário desenharam o quadro “homofóbico” a que são submetidos os sujeitos das populações LGBTTT [LGBTQIA] nas escolas (FERNANDES, 2011a, p. 332).

No entanto, a apresentação inicial do *Kit* Anti-Homofobia gerou grande desconforto para a Comissão Participativa e Movimento LGBT causando desconfianças quanto à finalidade e intencionalidade do seu conteúdo. Ao mesmo tempo em que apresentava a seriedade do trabalho e como este se consolidou, foram ouvidas com indignação as declarações do ex-secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, ao fazer piada sobre o desenvolvimento do *Kit* de Combate à Homofobia que o Governo pretendia entregar nas escolas de Ensino Médio de todo o país (BRANDÃO; SANTANA, 2011).

A contestação em torno da fala do ex-secretário André Lázaro, conforme reprodução a seguir, “[...] tem origem no momento em que discursava aos congressistas, representantes de entidades de apoio à confecção do material; autores dos vídeos e componentes da Comissão de Direitos Humanos da Minoria (CDHM)” (BRANDÃO; SANTANA, 2011, p. 172).

[...] Só para contar uma história sobre a dificuldade num dos materiais didáticos, dos filmes, tinha um beijo na boca, e a gente ficou, um beijo lésbico na boca, e a gente ficou três meses discutindo até onde ia, até onde entrava a língua né [risos] [...] (fala pessoal)^{xvi}.

O discurso do então Secretário André Lázaro instigou bancadas políticas e sociedade civil a agirem de forma contrária à elaboração do *Kit* Anti-Homofobia. A relação entre o Estado e as ONG tornou-se tensa nesse momento, principalmente com aquelas que lidam com temas de gênero, sexualidade, combate à LGBTQIAfobia e escola. A recepção da proposta do

Kit de Combate à Homofobia pelos setores conservadores (especialmente ligados ao fundamentalismo religioso), durante o Seminário do “Escola Sem Homofobia” na Câmara de Deputados do Congresso Nacional, foi permeada por polêmica, resistência e reação homofóbica (BRANDÃO; SANTANA, 2011; FERNANDES, 2011a; GRESPAN; GOELLNER, 2011).

A possibilidade real de difusão de um material dessa natureza, capaz de contribuir com a pluralização dos gêneros, isto é, capaz de contribuir com a produção de sentidos sobre gêneros e sexualidades que põem em risco a ordem sexual vigente, provocou a fúria dos fundamentalistas religiosos que tramam, tecem uma rede de intrigas e inverdades em torno do material. Uma das inverdades difundidas por esses sujeitos afirma que os vídeos que compõem o *Kit* informativo fazem apologia à homossexualidade (SILVA, 2012, p. 02).

A partir desse momento, datado no ano de 2010, Câmaras Legislativas se transformaram em cenários de repúdio ao projeto, políticos/as recorriam à mídia frequentemente solicitando apoio da sociedade civil para conter a distribuição do material, essa por sua vez distribuía pela rede mundial de computadores com incontáveis pedidos de suspensão do *Kit* Anti-Homofobia. Viu-se uma explosão discursiva na mídia impressa e televisiva que argumentava que o Governo Federal poderia incentivar práticas homoafetivas, ou “homossexualismo”^{xvii}, como costumeiramente ouvíamos, em crianças e adolescentes ao apresentar a homossexualidade como uma prática respeitável (FERNANDES, 2011a; BRANDÃO; SANTANA, 2011; MELLO *et al.*, 2012).

No contexto desses embates, adquire visibilidade a figura de Jair Bolsonaro, Deputado Federal do Rio de Janeiro eleito pelo Partido Progressista (PP) no pleito eleitoral do ano de 2010, ao receber maior destaque na manifestação contra a distribuição do material devido ao depoimento no Plenário que obteve repercussão nacional, seja pelas suas declarações de cunho altamente homofóbico e racista, seja pela distribuição do Informativo *Kit-Gay*, apelidado pela mídia de “Panfleto Anti-Gay”, jogada discursiva que adquiriu quórum e que rapidamente começou a circular em diferentes instâncias midiáticas chamando a atenção para os supostos perigos que o material pedagógico produzido pelo MEC provocaria na educação e na sociedade brasileira (BRANDÃO; SANTANA, 2011; GRESPAN; GOELLNER, 2011).

O discurso proferido pelo referido legislador na Câmara de Deputados nos chama a atenção pelo fascismo e pela falta de conhecimento do conteúdo que compunha o *Kit de Combate à Homofobia* e do público a que se destinava, bem como pelo caráter depreciativo,

sexista, heteronormativo, de estímulo à violência e desprovido de qualquer respeito humano às pessoas LGBTQIA^{xviii} (OLIVEIRA JR, 2013).

A imprensa, as redes sociais, religiosos/as, legisladores/as, sociedade civil e mesmo quem não assistiu aos vídeos, comungando do discurso do parlamentar, afirmavam que o referido *Kit* ensinava as pessoas a serem homossexuais, que era um material que faziam apologia ao “homossexualismo” e que os vídeos eram destinados a crianças de seis, sete e oito anos de idade. Houve assim uma série de informações a respeito desse material e da campanha do MEC que são totalmente inverdades, difundidas e divulgadas por pessoas sem o mínimo de conhecimento (FURLANI, 2011a).

A apresentação inicial do *Kit* Anti-Homofobia foi com propósitos muito claros ao especificar que o material seria distribuído para as escolas de Ensino Médio do país e de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2009, 50,9% dos/as jovens de 15 a 17 anos estão no Ensino Médio, portanto seriam contemplados com esse material alunos/as acima de treze anos de idade, considerando que esses/as já possuem alguma capacidade de discernimento e entendimento (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012). Também seriam beneficiados/as diretores/as, pedagogas/os, famílias e comunidade, uma vez que a discussão do tema deve envolver um coletivo de agentes. Vale ressaltar que, como reafirmado anteriormente, o material não seria imposto às escolas de forma arbitrária e obrigatória. Após os agentes serem capacitados/as para trabalharem com o *Kit*, a escola teria livre arbítrio para usar, modificar, suprimir e acrescentar conteúdos de acordo com a necessidade e conveniência.

Na tentativa de minimizar os efeitos criados por essa atmosfera de inverdades foi que associações de defesa dos direitos de LGBTQIA, organismos internacionais, pesquisadores/as e instituições manifestaram seu apoio à divulgação do material considerado impróprio pela Presidenta Dilma Rousseff, mesmo após a contratação com verbas públicas de uma equipe técnica especializada para a confecção do *Kit*.

Porém, essa rede de apoio que se formou em torno do *Kit de Combate e Prevenção à Homofobia* não foi suficiente para demover a ideia de suspensão do material da então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que, em 2011, diante de toda essa discussão e da pressão a que se viu exposta, mesmo sem ter acompanhado os vídeos, concordou que o material visual não possuía teor correto para ser apresentado a crianças e jovens e que o

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

material fazia propaganda de opção sexual (BRANDÃO; SANTANA, 2011), fato comprovado em uma entrevista coletiva quando questionada sobre o mesmo.

[...] Eu não assisti aos vídeos todos. Há um pedaço que eu vi na televisão passado por vocês eu não concordo com eles. Agora, esta é uma questão que o governo vai revisar. Não haverá autorização para esse tipo de política, de defesa de “a”, “b”, “c” ou “d”. Agora, nós lutamos contra a homofobia [...] (*sic*) (fala pessoal)^{xix}.

Dessa forma, na quarta-feira de 25 de maio, na cidade de Brasília, sob determinação da Presidenta,

[...] o Governo Federal decide suspender todas as produções de combate à homofobia que estavam sendo editadas pelo Ministério da Educação (MEC), mais especificamente, o material didático apelidado de “*Kit* Contra a Homofobia” do projeto Escola sem Homofobia, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (GRESPLAN; GOELLNER, 2011, p. 103).

Para a então Presidenta do Brasil, a função do Governo é apenas educar para que se evitem agressões e desrespeitos à diferença, não podendo interferir na vida particular dos sujeitos e nem propagar as opções sexuais.

[...] o Governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, o Governo não vai, não vai ser permitido a nenhum órgão do Governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem de nenhuma forma nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o Governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença, que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você, isso eu não concordo com o *kit*, porque eu não acho que ele faça defesa de práticas não homofóbicas (*sic*) (fala pessoal)^{xx}.

Esse foi o discurso final do Poder Executivo que pôs termo a uma série de debates e embates entre Movimento LGBT, as esferas de Poderes Legislativos e sociedade civil. Essas condutas demonstram a atuação das tradições elitistas que persistem por meio da distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular, entre aqueles/as que regem a política e os/as que são regidos/as politicamente (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

Para Brandão e Santana (2011), a polêmica fundante à distribuição do *Kit de Combate à Homofobia nas Escolas* se estrutura no conceito de que alunos/as na faixa etária correspondente – crianças e adolescentes não possuem discernimento adequado para a

=====

diferenciação sexual e não conseguem separar a informação passada por meio dos vídeos da sua própria realidade, como se eles/as pudessem ser influenciados/as pelas informações contidas nesses materiais. Comunidades em redes sociais e pessoas de diferentes camadas sociais defenderam veemente o veto como medida protetiva à juventude brasileira, pois acreditaram que esta série de materiais e DVD estimularia aquilo que Brandão e Santana (2011) definem como homoeroticidade.

Fernandes (2011c) defende que o *kit gay* não passou de um *bode expiatório* na delimitação de posições e da exposição ainda mais acirrada das posições conservadoras na sociedade. Bortolini (2012) afirmou em entrevista concedida ao “Programa Sala de Notícias”, que o foco da polêmica envolve questões outras:

As pessoas discutem muito a qualidade do *kit*, se os vídeos eram bons, se não eram. Em primeiro lugar esse veto não teve nenhuma relação com isso. Teve a ver com uma determinada conjuntura política na época e que, enfim, o *kit* foi usado como moeda de troca nesse jogo político [...] acho muito complicado porque vendo a Dilma, não só no veto ao *kit*, mas na fala dela depois reafirmando esse veto, dizendo que isso era uma questão de costumes, que não devia ser discutido na escola etc. [...] eu acho que as pessoas não têm a noção da magnitude disso na escola, da repercussão disso na escola [...] então se você tinha até aquele momento uma diretora que tava (*sic*) vendo situações de violência dentro da escola, que tava vendo um conflito gerado por essas questões dentro da escola, que tava [...] pensando se discutia ou não esse tema, depois de uma fala como essa, de um ato como esse do Governo Federal, essa professora que tava na dúvida tinha certeza que ela não tinha que fazer nada [...] isso provoca um mobilismo, um retrocesso, um medo de trabalhar essa questão, um medo de discutir essa questão muito forte. Inclusive dissemina essa desinformação de um material que ninguém viu, de um material que ninguém sabe quais são esses vídeos e que ninguém conhece e que acaba marcando outras questões, outros debates [...] (BORTOLINI, 2012, s/p.).

Corroborando esse pensamento, Furlani (2011b) e Fernandes (2011b) alegam que a então Presidenta demonstrou ser uma pessoa despreparada no sentido de conhecer as agendas dos movimentos sociais e muito facilmente foi manipulada. Acreditou, como muita gente, nas inverdades a respeito do *Kit de Combate à Homofobia*. A posição mais democrática que ela poderia ter adotado ao avaliar negativamente o material seria a de procurar o Comitê de Publicações do MEC, dialogar com o Ministério da Educação, com os/as autores/as do material e com o campo educacional, ao invés disso optou por uma declaração pública de veto sem conhecer o material. Essa postura da Presidenta intensificou uma forma antidemocrática e antimeritocrática de avaliação de materiais didático-pedagógicos e traz novamente para o

Estado brasileiro uma forma de avaliar uma produção intelectual e artística da sociedade civil de forma repressiva e centralizadora, uma vez que a partir desse episódio todo “[...] o material que se refira a ‘costumes’ passará por uma consulta aos setores interessados da sociedade antes de serem publicados ou divulgados [...]” (BALESTERO, 2011, p. 10 -11).

Diante dessa panaceia pairam sucessivas indagações sobre a eficiência e efetividade de políticas públicas e estratégias educacionais de combate e prevenção à LGBTQIAfobia, por exemplo, como a escola lida com diversidade sexual e a manifestação do preconceito? Em quais discursos a escola se sustenta para discutir ou não a temática? Quais comportamentos comumente encontramos nos/as agentes educacionais como diretores/as escolares, pedagogas/os e docentes quando insistimos na necessidade da promoção da cultura do respeito? Se o *Kit* de Combate à Homofobia tivesse sua distribuição efetivada teria garantia de uso como estratégia pedagógica por educadores/as? Esses agentes teriam interesse em usá-lo? Acreditam ser um tema relevante a ser abordado e discutido em sala de aula?

6 CONCLUSÃO

É possível observarmos com grande facilidade que aspectos do cotidiano escolar, a estigmatização no processo de escolarização e a introspecção em distintos estudos nos possibilitam definir a escola como um local altamente violento para alunos/as LGBTQIA, o que, por si só, impõe maiores precauções voltadas ao tratamento da diversidade sexual e à promoção da cultura do respeito e da valorização.

Pensando nos efeitos danosos da violência destinada a alunos/as LGBTQIA, é possível observar algumas tentativas do Governo em estabelecer ações de enfrentamento, porém, apesar do notório investimento do Ministério da Educação focado na identificação e no questionamento de tabus e preconceitos relativos às múltiplas manifestações da sexualidade, ações que consideramos primordiais ao combate das práticas discriminatórias na escola são insignificantes e se faz necessário a ampliação de esforços para a superação das incontáveis formas de violências, reais e/ou simbólicas, contra alunos/as LGBTQIA.

Embora o Ministério da Educação tenha privilegiado algumas estratégias, como o *Programa Brasil Sem Homofobia*, o *Projeto Escola Sem Homofobia* e o *Kit de Combate e Prevenção à Homofobia*, a estruturação de uma sociedade heteronormatizada tem protelado a aplicação de algumas dessas ações. Nesse sentido, verificamos na história recente, datada no ano de 2012, a explicitação de um, dentre os distintos retrocessos e mobilismos sociais aos

quais somos sujeitados, quando o debate gira em torno do direito das minorias, como no caso do *Kit de Combate à Homofobia*, amplamente divulgado em campanhas contrárias à sua veiculação nas redes sociais, mídias e plenárias.

Os discursos denegatórios proferidos pelos mais distintos/as atores e atrizes sociais que induziram a então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à suspensão do material, produzido com investimentos financeiros públicos e que seria distribuído para as escolas da rede pública de Ensino Médio, pôs fim a uma discussão envolta em conjecturas políticas que assolava o país naquele momento.

Se essa foi a melhor solução encontrada pelos/as dirigentes do país, situações adversas, causadas por essa adoção, ainda refletem com grande intensidade no âmbito escolar de todo o território nacional. Se, naquele momento, algum/a educador/a consciente de seu papel social tivesse alguma dúvida, se deveria ou não abordar questões relativas à diversidade sexual e à prevenção das distintas formas de abjeção a que são submetidos/as alunos/as não heteronormalizados/as, passou a sentir-se desobrigado/a ao ouvir o discurso da Presidenta, (re)afirmando em rede nacional, que não é papel do Estado fazer propaganda de opções sexuais.

Se podemos considerar a escola como um agente primordial no processo de formação do ser social, possibilitando o exercício de uma cidadania plena, como prerrogativa, se faz necessária a inserção de temas que possuem grande impacto e relevância na vida social, que insistentemente desafiam princípios democráticos e éticos por meio da regulação e manutenção de injustificáveis e distintos prejuízos sociais como a diversidade sexual e o combate e prevenção da violência contra pessoas LGBTQIA.

Se o *Kit de Combate à Homofobia* fora teoricamente suspenso pela inadequabilidade do conteúdo, que sejam produzidos novos materiais; que seja discutida a diversidade sexual em livros didáticos; abordada em recursos multimídias em sala de aula; discutida em encontros pedagógicos e eventos que debatam e acolham a diversidade sexual escolar; que seja feita a inclusão de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual no projeto escolar com vistas à extinção da cultura heteronormativa; que haja o debate da escola com as demais esferas sociais como a saúde e assistência social sobre ações e propostas de enfrentamento à LGBTQIAfobia; que se estabeleçam políticas assistenciais e de saúde para alunos/as LGBTQIA em situação de vulnerabilidade; que seja ofertado atendimento psicossocial a alunos/as expostos às distintas violências por opção sexual para superar traumas e dar

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

continuidade ao processo de escolarização; que sejam implementadas estratégias por parte da escola, das Secretarias Municipais de Educação e de Núcleos Regionais de Educação, que permitam alunos/as homossexuais denunciarem situações em que sintam seus direitos violados; que a escola cumpra o preceito constitucional da laicidade não permitindo que crenças e princípios religiosos interfiram na conduta pedagógica; e, principalmente, que a escola adote como política o exercício do diálogo entre equipe diretiva, docência e comunidade escolar; que educadores/as coloquem seus sentidos a postos e vejam as distintas maneiras de posicionar a sexualidade como algo positivo, ouçam com atenção os anseios dessa minoria e executem o poder do discurso defendendo o respeito a todos/as indistintamente.

=====

REFERÊNCIAS

- ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais Travestis e Transexuais. Pathfinder do Brasil. ECOS. Comunicação em Sexualidade. Replotina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. **Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia**. 2011. Disponível em: <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/notaoficial.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.
- _____. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais Travestis e Transexuais. **Carta de Princípios da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis**. 2013. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/cartapric.php>>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas SP, n. 21, 2003, p. 281-315.
- BALESTERO, Gabriela Soares. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, Agosto, 2011, p. 05-16.
- BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.
- BONECA na mochila. Produção Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana - ECOS. Direção de Reginaldo Bianco. Coordenação de Maria Helena Franco, Vera Simonetti. Intérprete de LIBRAS Fabiano Campos. Assessoria de LIBRAS de Paulo Vieira (surdo), Rafaella Sessenta. São Paulo: Jah Comunicação Audiovisual (reedição), 2. ed., 2010. 01 DVD (25 min), son., color.
- BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- _____. Diversidade sexual na escola. **Programa Sala de Notícias**. Produção de Paula Fontes, Sara Oliveira e Jaqueline Souza. Rio de Janeiro: Canal Futura, 2012, parte 02. (Comunicação oral). Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=Hn-JgbLONzU&list=UU2mmP8ysfyko40KSn90x6Og>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- BRANDÃO, Paula de Freitas; SANTANA, Tereza. O “kit gay”: na saúde e na educação um kit de polêmicas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. n. 18, set. de 2011, p. 167-176.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para uma educação entre pares:** diversidades sexuais. Brasília: Ministério da Saúde, v. 8, 2011.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, n. 35, Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 37-51.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago, n. 23. Rio de Janeiro, 2003, p. 36-61.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, n. 39, jan./abr. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 39-50.

ECOS. Comunicação em Sexualidade. **Projeto Escola sem Homofobia:** contexto. 2013a. Disponível em <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

_____. Comunicação em Sexualidade. **Projeto Escola sem Homofobia:** Caderno Escola sem Homofobia. 2013b. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh_kitcaderno.asp>. Acesso em: 06 jan. 2013.

_____. Comunicação em Sexualidade. **O que fazemos.** 2013c. Disponível em <<http://www.ecos.org.br/oqfazemos.asp>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010).** 2011. 422 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011a.

_____. **Estado, sexualidade e educação:** a questão do kit anti-homofobia. SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011b. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg&list=PL7309D62FFAB43733>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Estado, sexualidade e educação:** a questão do kit anti-homofobia. SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011c. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ejtdZfUpW2M&list=PL7309D62FFAB43733>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais,**

=====

socioeconômica e orientação sexual. São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil intolerância e respeito às diferenças sexuais.** São Paulo, 2009. Disponível em:
<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/PESQUISA_COMPLETA_Apres-LGBT-Total-mai09.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação:** a questão do kit anti-homofobia. SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011a. (Comunicação oral). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0fttg>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Estado, sexualidade e educação:** a questão do kit anti-homofobia. SC: Grupo de diversidade Sexual da UDESC, 2011b. (Comunicação oral). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=DrfeN_pn9aw>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Estado, sexualidade e educação:** a questão do kit anti-homofobia. SC: Grupo de diversidade Sexual da UDESC, 2011c. (Comunicação oral). Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=ejtdZfUpW2M>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

GALE. Global Alliance for LGBT Education. **About us.** 2013. Disponível em:
<http://www.lgbt-education.info/en/about_us>. Acesso em: 22 mai. 2013.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **R. FACED**, Salvador, n.19, jan./jun.2011, p. 103-122.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença:** a Perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 103-133.

INCLUSIVE. **Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia.** 2011. Disponível em:
<<http://www.inclusive.org.br/?p=18368>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

INSTITUTO PAPAI. **Quem somos.** Disponível em:
<<http://www.institutopapai.blogspot.com.br/p/sobre-o-grupo.html>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas**. n. 04, p.171-190, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (Org.). SILVA, Tomaz Tadeu da (Trad.). **O corpo educado.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 07-35.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. 2. ed.. São Paulo: EDUC, 1999.



MEDO de quê? Produção Jah Comunicação Audiovisual. Direção e Criação de Reginaldo Bianco. Desenhos de Murilo Silva. Animação de Benjamin Bekeierman, Samuel Paiva. São Paulo: Jah Comunicação Audiovisual, 2005. 01 DVD (18 min), son, color.

MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**, n. 07, 2012, p. 99-122.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? **Athenea Digital**, 17, 2010. p. 227-239.

OLIVEIRA JR, Isaias B. de. **O/A diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar**: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”. 2013, 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2013.

OLIVEIRA JR, Isaias B. de; MAIO, Eliane Rose. Divergências, congruências e reticências: uma análise comparativa entre produtos dos programas Escola Sem Homofobia e Saúde e Prevenção na Escola. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 2, abril/junho de 2013, p. 452-468.

_____. *Kit Gay*: “Dá para continuar discutindo este assunto?”. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, jan. / jul. 2014, p. 208 - 227.

_____. Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ahead of Print, v. 10, n. 1, jan./jun. 2015, p. 01-19.

PATHFINDER DO BRASIL. **Quem somos nós**. 2013. Disponível em: <<http://www.pathfinder-brazil.org/site/PageServer>>. Acesso em: 22 mai. de 2013.

PROMUNDO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/o-promundo/apresentacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

REPROLATINA. Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. **Institucional**. 2013. Disponível em <http://www.reprolatina.org.br/site/html/quem_somos/missao.asp>. Acesso em: 22 mai. 2013.

SILVA, Zuleide de Paiva. Bafão do kit gay: análise do discurso da militância LGBT. **Estudos Feministas**, Bahia, jan./jun.2012. s/p. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys20/brasil/eide1.htm>>. Acesso em: 16 set. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a Perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 73-102.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Um terço dos alunos que deviam estar no Ensino Médio estão no fundamental**. 2012. Disponível em:

=====

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/21786/um-terco-dos-alunos-que-deviam-estar-no-ensino-medio-estao-no-fundamental/>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam.** Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004.

ⁱ Faremos uso do termo LGBTQIA ao nos referirmos aos sujeitos e manifestações da sexualidade, por compreender os possíveis desdobramentos das sexualidades. Portanto, o uso da sigla LGBTQIA é uma forma de sintetizar esta multiplicidade, onde, a mesma letra pode designar diferentes pessoas.

ⁱⁱ A expressão Homofobia é empregada quando previsto dessa forma em algum Programa ou Projeto Governamental, por ser um termo comumente empregado. A aplicabilidade da sigla LGBTQIAfobia é necessária em situações diversas como resultante da violência destinada aos sujeitos LGBTQIA. O que se pretende com essa opção é sublinhar que a intransigência social em relação à homossexualidade masculina (ideia implícita à noção de homofobia) não é da mesma ordem do desrespeito que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), nem do repúdio que sistematicamente atinge travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero. Acredita-se que ao adotar um termo único, como a LGBTQIAfobia evita-se o uso repetitivo das expressões Lesbofobia, Transfobia, Travestifobia, Transgênerofobia, Gayfobia, Bifobia, Bigênerofobia, *Queer*fobia, Intersexofobia, Aliadofobia e Assexofobia, o que cansaria o/a leitor/a e também porque a linguagem é um fator de exclusão e de expressão de preconceitos, principalmente nas línguas latinas, nas quais a conformidade com as regras tradicionais e pretensamente neutras da linguagem nos obriga a utilizar termos masculinos como signos genéricos referentes a mulheres e homens (MELLO *et al.*, 2012; DINIS, 2011).

ⁱⁱⁱ A heteronormatividade se desenvolve cotidianamente nas práticas de reiteração compulsória a serviço da consolidação do imperativo heterossexual em detrimento das outras formas de opção sexual e materialização de normas regulatórias que são em partes, aquelas da hegemonia sexual, através de uma relação binária, onde uma das formas de manifestação da sexualidade recebe um valor positivo e privilegiado – a heterossexualidade, enquanto a outra recebe um cunho negativo – a homossexualidade. Assim, a heteronormatização está inserida em nossa sociedade por meio de leis, religiões, políticas públicas, costumes, línguas, símbolos etc. (LOURO, 2010).

^{iv} A ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis foi constituída em 31 de janeiro de 1995, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná para lutar pelos direitos humanos e civis de pessoas LGBTQIA, cuja missão é unir esforços para a conquista de uma Sociedade Igualitária; promover a cidadania e contribuir para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero (ABGLT, 2013).

^v A Pathfinder do Brasil é uma Organização Não Governamental brasileira com 26 anos de atuação no campo da saúde coletiva. Tem como compromisso precípua a redução das vulnerabilidades que afetam a saúde e a felicidade de mulheres, homens, transgêneros, lésbicas e *gays*, sejam adolescentes, jovens ou adultos. Como estratégia institucional, apoia estratégias de empoderamento coletivo com potencialidade para desestabilizar as formas que resistem à instauração da dignidade nas relações sociais, seja no campo da saúde, seja na vida cotidiana. Neste sentido e com essa intenção, a Pathfinder do Brasil desenvolve parcerias locais diversas, promove a participação comunitária e fortalece as capacidades gerenciais e técnicas de indivíduos e organizações (PATHFINDER, 2013).

^{vi} A Reprolatina é uma organização não governamental localizada em Campinas em São Paulo. Busca melhorar a saúde sexual e reprodutiva das populações menos favorecidas da América Latina. Possui como uma de suas metas a melhoria do Acesso e da qualidade de atenção em saúde sexual e saúde reprodutiva e, para atingi-la, baseia suas ações em seis Marcos de Referência, que interligados norteiam e determinam suas atividades em cada ação: Sistema Único de Saúde (SUS); componente de participação; sexualidade – gênero – direitos sexuais – direitos reprodutivos; desenvolvimento organizacional e qualidade da atenção em planejamento familiar (REPROLATINA, 2013).

Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, Eliane Rose MAIO
“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do KIT GAY do Mec

vii A ECOS - Comunicação em Sexualidade é uma Organização Não Governamental com 20 anos de atuação consolidada na defesa dos direitos humanos, com ênfase nos direitos sexuais e direitos reprodutivos em especial de adolescentes e jovens, com a perspectiva de erradicar as discriminações relativas a gênero, orientação sexual, idade, raça/etnia, existência de deficiências, classe social. As atividades da ECOS se estruturam em cinco eixos: comunicação; projetos e pesquisas; educação continuada/capacitação; *advocacy* e consultoria (ECOS, 2013c).

viii Trecho da 1ª edição sem a comunicação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos). Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=Hlm85X1_LFs. Acesso em: 17 dez. de 2011.

ix O Instituto Promundo é uma organização brasileira com escritórios no Rio de Janeiro, no Brasil, em Washington, DC, nos Estados Unidos e em Kigali, em Ruanda, onde atuam como uma organização, compartilhando a mesma missão, objetivos, comunicação e ações de *advocacy* por meio da promoção masculinidades não-violentas e relações de gênero equitativas no Brasil e internacionalmente (PROMUNDO, 2013).

x Fundado em 1997, o Instituto Papai atua com base em princípios feministas e defende a ideia de que uma sociedade justa é aquela em que homens e mulheres têm os mesmos direitos. Considera fundamental o envolvimento dos homens nas questões relativas à sexualidade e à reprodução e uma ressignificação simbólica profunda sobre o masculino e as masculinidades nas práticas cotidianas, institucionais e culturais (INSTITUTO PAPAÍ, 2013).

xi A Global Alliance for LGBT Education – GALE - é uma comunidade de aprendizagem com foco em educação sobre sexualidade por meio da promoção da inclusão plena de pessoas que são discriminadas por causa de sua opção sexual, identidade sexual e/ou expressão de gênero. Apresenta como principais prioridades: desenvolvimento de projetos-pilotos nas escolas e de um conjunto de ferramentas para trabalhar com as escolas por meio do monitoramento, promoção e implementação adequada do Direito à Educação por parte dos Estados, do desenvolvimento de um conjunto de ferramentas para ONGs para defender a educação da diversidade sexual, promoção e apoio a inclusão das questões LGBT na educação sexual em cooperação com a UNESCO da qual é parceira formal (GALE, 2013).

xii Disponível em duas partes <http://www.youtube.com/watch?v=S2qisJyKm0g> e <http://www.youtube.com/watch?v=2xOAYoER-Ts>. Acesso em: 06 jun. de 2012.

xiii Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=TP_OjE_Fi2o.. Acesso em: 03 ago. 2012.

xiv Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fVGSrP-W3OM>. Acesso em: 03 ago. 2012.

xv Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2vfxsoFFXGc>. Acesso em: 03 ago. 2011.

xvi Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U_0. Acesso em: 27 jul. 2012.

xvii “O termo homossexualismo foi criado no final do século XIX por médicos, como a classificação de uma doença. Nas últimas décadas do século XX, os códigos de doenças (CID-X e DSM IV) retiraram a homossexualidade de suas classificações e, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aboliu a homossexualidade como doença de todas suas listas. Além disso, em 2001 o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu todos os profissionais da área de realizarem qualquer tratamento que vise uma possível “cura” da homossexualidade, visto que não é uma doença. O profissional que faça isso pode até mesmo ter seu registro cassado” (BORTOLINI, 2008, s/p.).

xviii Sessão Legislativa transmitida ao vivo pela TV Câmara no dia 30 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPt4>. Acesso em: 10 ago. 2012.

=====

^{xix} Em entrevista coletiva realizada no dia 26 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ESftwb6gkyc>. Acesso em: 14 abr. 2012.

^{xx} *Id.*

Artigo recebido em 04/06/2015.

Aceito para publicação em 31/01/2017.